



ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS GESTORES DOS PARQUES
NATURAIS MUNICIPAIS VARGINHA E BORORÉ

Dia 30 de julho de 2025, quarta-feira, das 10h00 às 12h00

Reunião híbrida - via TEAMS

Parque Natural Municipal Bororé, Av. Paulo Guilguer Reimberg

Grajaú, São Paulo – SP

Conselheiros presentes PNM Varginha:

Sociedade Civil	
Nome do frequentador(A)	Titular/ Suplente
Marcondes de Oliveira Borges	Titular
Orlando Baraúna	Suplente
Entidade/ Coletivo- Representante	
Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus – Daniel Aparecido de Campos	Titular
Poder Público	
Secretaria do Verde e do Meio ambiente – CGPABI - DGUC: Kleber Evangelista Rodrigues	Titular
Secretaria do Verde e do Meio ambiente – CGPABI - DGUC: Maurício de Alcântara Marinho	Suplente
Demais ouvintes	
Luccas Longo	
Marcella Migliacci	
Bianca Souza Batista	
Marcelo de Moura	
Maria Claudia de Oliveira	
Nicole de Jesus Dela Torre	
Ycaro Macedo	



Conselheiros presentes PNM Bororé:

Entidade/ Coletivo- Representante	
Poder Público	
Secretaria do Verde e do Meio ambiente – CGPABI - DGUC: Kleber Evangelista Rodrigues	Suplente
Secretaria do Verde e do Meio ambiente – CGPABI - DGUC: Maurício de Alcântara Marinho	Titular
SVMA- Trabalhadores do PNM Bororé – Luana Silva Viana	Suplente
Demais ouvintes	
Ricardo S. Rodrigues	
Thiago Alves	
Kauana Alves Silva	
Elisangela Gonçalves da Cruz	
Carolina Fernanda Pereira	
Rute e Barros Silva	
Larissa Scarossa Dariolli	
Kathia Aurea da Silva Moraes	
Adair da Silva	
Evandro Ascêncio	

CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

A lista de presença e o registro fotográfico foram realizados a contento, conforme orientado pela Portaria Municipal nº 049/SVMA.G-AJ/2020.

PAUTAS DO DIA:

- I. Aprovação da ata da 7ª reunião ordinária;
- II. Consulta pública para criação da RPPN Ecos do Bugio;



- III. Plano de combate aos incêndios florestais (PPCIF);
- IV. GT de gerenciamento de riscos;
- V. Informes gerais.

Mauricio Alcântara, gestor do PNM Bororé, dá início a reunião agradecendo a participação de todos os presentes. Explica que inicialmente a reunião seria feita de forma remota, porém foi optado por realizá-la de forma híbrida devido a possibilidade de participação de alguns funcionários que também fazem parte do conselho gestor, assim como ouvintes. Em seguida, dá abertura para a aprovação da ata da 7ª reunião ordinária realizada no dia 28 de maio de 2025, a qual é aprovada pelos conselheiros presentes.

A presente reunião tem como objetivo realizar uma consulta pública para a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Ecos do Bugio, que será apresentada pela diretora da Divisão de Patrimônio Ambiental, Marcella Migliacci, que também faz parte da coordenadoria de planejamento ambiental. Antes de iniciar a consulta pública, Maurício apresenta brevemente o Plano de combate aos incêndios florestais (PPCIF), que faz parte do Fogo Zero, programa da Secretária do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), com parceria com a Guarda Civil Municipal (GCM), Defesa Civil e outras entidades que compõe dos parques urbanos.

O programa é coordenado por Marcelo Mendonça e Tiago de Andrade, há dois anos, ambos estão à frente tanto das equipes de brigadistas dos parques urbanos e naturais, quanto ao combate de incêndios. Maurício informa que o documento referente ao PPCIF segue os mesmos moldes desenvolvidos pela Fundação Florestal para os parques estaduais, sendo atualizados para os parques naturais – é um documento padrão com contatos, esquemas e fluxos de ações para ocorrências, mapas, áreas de foco, aceiros e outra série de informações -, é um plano para instituições que trabalham com apoio ou diretamente com combates de incêndios florestais.

Maurício reitera que está sendo realizado um planejamento geral, com as informações de cada parque. Uma vez que, cada unidade possui características diferentes e necessidades específicas em relação a equipe, equipamentos e materiais. O documento será disponibilizado para a vigilância e para os outros órgãos mencionados anteriormente, assim como o corpo de bombeiros e será incluso no portal da SVMA, após o detalhamento



de informações dos PNMs, que está em andamento. O intuito é aperfeiçoar o programa para futuros contratos, conferir e disponibilizar equipamentos para proteção individual e coletiva e garantir a proteção dos brigadistas.

Após a fala de Maurício, Luccas Longo, funcionário da AMPARA Silvestre, solicita a palavra. Luccas inicia sua fala parabenizando o programa Fogo Zero e ressalta que é uma forma de incrementar as ações que já são realizadas nos PNMs e Áreas de Proteção Ambiental (APAs). O mesmo compartilha no chat da reunião um manual elaborado pela instituição AMPARA a respeito do manejo de animais silvestres afligidos pelo fogo no pantanal, e, destaca a importância de treinamentos de manejo e resgate de espécies atingidas pelo fogo na formação dos brigadistas e a necessidade de incluir essas informações nas discussões levantadas.

Em sequência, Kleber Evangelista, gestor do PNM Varginha, retorna à apresentação do PPCIF. O gestor chama a atenção para apresentação, na qual demonstra alguns quadros para o preenchimento de informações, ele informa que a contribuição dos brigadistas é essencial, sendo que se trata de informações específicas dos pontos de coleta de água, regiões mais suscetíveis a incêndios florestais considerando o tipo de vegetação, e, também mapeamento e planejamento de aceiros. Kleber esclarece que muitos desses dados já foram coletados a partir de imagens de satélites e alertas de incêndios através de plataformas digitais. Contudo, o conhecimento em campo e registros dos brigadistas permitem o levantamento de informações cada vez mais precisas.

Em relação a pauta levantada por Luccas Longo, a respeito da fauna, Kleber informa que não está previsto no programa, mas que pode ser acrescentado. E levanta a necessidade de um diagnóstico dos animais mais afetados por incêndios. O mesmo aponta que os mais acometidos são os répteis e outros animais com baixa mobilidade, os quais necessitam de maior atenção ao manusear, em função da segurança dos brigadistas, bem como o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados. O gestor também convida os conselheiros e, principalmente, vizinhos dos PNMs a contribuir com informações para preenchimento dos quadros.

O conselheiro Daniel Aparecido solicita a palavra e comenta a respeito de áreas abertas clandestinamente pelos munícipes para trabalhos religiosos, potencializando os focos de incêndios, uma vez que são acesas velas nessas regiões e não são recolhidas. O conselheiro ressalta que, durante o inverno, essas áreas ficam ainda mais vulneráveis e sugere o mapeamento dessas



áreas, assim como, a sinalização da região e estruturação para possibilitar cerimônias mais seguras (como um suporte para manter as velas, ao invés da serrapilheira).

Referente ao comentário levantado pelo conselheiro, Kleber informa que os pontos informados já são identificados e georeferenciados pela vigilância, assim como todos os pontos onde são encontrados trabalhos religiosos. Kleber ainda complementa que foram necessárias interferências em algumas áreas, devido os riscos de incêndio e atropelamento de fauna silvestre, principalmente o Quati (*Nasua nasua*), o qual foram registrados diversos casos de acidentes, pois são atraídos pelas oferendas e atropelados ao atravessar as estradas. Dessa forma, os locais mencionados anteriormente já foram considerados.

Marcondes Oliveira, conselheiro do PNM Varginha, comenta pelo chat a respeito da necessidade de equipamentos adequados para o combate de incêndios, além do uso de ferramentas para agilizar o acesso a áreas com cercamento. Em seguida, Luccas Longo, em acordo com a sugestão de Kleber a respeito de consultar as comunidades vizinhas dos PNMs Varginha e Bororé, bem como outros PNMs, ressalta a importância de manter esse olhar atencioso à diversidade e que o aperfeiçoamento de informações é crucial para a proteção da fauna. Ele se dispõe, enquanto AMPARA, para divulgação da campanha FOGO ZERO no mês de julho.

Maurício dá sequência à reunião apresentando Marcelo Moura, proprietário da nova Unidade de Conservação: RPPN Ecos do Bugio, e passa a palavra para Marcela Migliacci, que dá início à apresentação da consulta pública.

Marcela, inicialmente, apresenta aos demais os estudos realizados para que a propriedade em questão pudesse se tornar uma RPPN. Os estudos foram realizados pela Coordenadoria de Planejamento (CPA), através da Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) e, parceria com o Herbário Municipal e a Divisão de Fauna Silvestre (DFS), através da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade (CGPABI). Complementa informando que, esses diagnósticos e apresentação estão disponíveis no site da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Marcela Migliacci dá continuidade informando as principais características do imóvel, sendo uma área de 6,7 ha margeado pela Represa Billings, sua vegetação é uma floresta ombrófila densa e remanescentes de



da Mata Atlântica em regeneração. A área tem um importante valor ecológico no território, uma vez que possui conexão de área verde com a Floresta Municipal Fazenda Castanheiras (FLOMU), fragmentos florestais que compõe a APA Bororé-Colônia e faz parte da zona de amortecimento de Parques Naturais propostos/indicados pelo plano diretor do município.

Em seguida, é apresentado aos ouvintes o perímetro da área que vem a ser a RPPN Ecos do Bugio, Mariana destaca o seu limite com a FLOMU Fazenda Castanheiras e com uma área chamada de Taquacetuba, planejada para o PNM Mananciais Paulistanos - Taquacetuba

Na sequência, são apresentados o levantamento realizado pelo Herbário Municipal, os dados preliminares apontam 140 espécies vasculares, as quais 69,2% são nativas (cerca de 97 espécies) e 4 são espécies ameaçadas de extinção, sendo elas: Palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), o Cedro (*Cedrela fissilis*), Araucária (*Araucária angustifolia*) e o Xaxim/Samambaia-açu (*Dicksonia sellowiana*).

Segundo o diagnóstico realizado pela DFS, foram realizados o registro de 30 espécies de aves, sendo seis endêmicas da Mata Atlântica, três espécies de aracnídeos, dois de mamíferos – incluindo o bugio-ruivo (*Alouatta guariba*) -, e duas espécies de borboletas. Marcela reforça que, todos esses dados estão disponíveis em detalhes dentro do site da Prefeitura de São Paulo, inclusos no diagnóstico publicado. Foi recomendado pela DGUC, a partir da criação da RPPN, o controle de espécies exóticas, remoção das espécies exóticas invasoras, além do uso exclusivo de espécies nativas.

A definição do zoneamento, ou seja, estabelecer áreas de preservação, recuperação e uso público – uma vez que o estabelecimento de uma área de uso público fica a encargo do proprietário, sendo opcional -, é de suma importância para a proteção território, assim como, evitar atividades incompatíveis com a conservação de áreas fragilizadas

Marcella conclui a apresentação informando que, diante do diagnóstico realizado, a área apresenta condições ambientais adequadas para a criação da RPPN Ecos do Bugio e a conservação da biodiversidade local, através das Bases Legais que são o Decreto Municipal 50.912/09 e a Lei Federal 9.985/00.

Na sequência, Marcelo de Moura, proprietário, toma a palavra. O mesmo conta que a propriedade existe desde a década de 60 e como cresceu aprendendo a respeito da importância da preservação e, quando



surgiu a oportunidade de transformar o patrimônio em uma reserva, optou por seguir esse caminho. Destaca, também, a importância da valorização do comércio local e educação ambiental para a comunidade. Marcelo reforça a respeito das dificuldades de acesso ao extremo sul de São Paulo, bem como as ocorrências de invasões locais. O mesmo ainda agradece à toda equipe responsável pelo mapeamento da região e, o apoio dos setores envolvidos, reforçando que a partir de agora irão melhorar cada vez mais nesse processo.

Mauricio agradece a participação de Marcelo, alinhando aos seus comentários, reforçou que a área em questão faz parte dos remanescentes da Mata Atlântica no município de São Paulo, em uma região que sofre com a pressão urbana muito grande pela ocupação. No mais, frente essa pressão urbana e cenário de mudança climáticas, é importante manter essas regiões preservadas.

Luccas Longo retoma a respeito do levantamento de fauna que está pouco amostrado no diagnóstico. Uma vez que realizado um levantamento rápido da biodiversidade, entretanto, ele não vê isso como um problema, pois, a região incorpora o corredor ecológico da Zona Sul. Sendo assim, a consolidação de novas RPPNs contribui para a manutenção do sistema de unidades de conservação, não só municipais, como também particulares.

Maurício encerra a apresentação da consulta pública agradecendo a colaboração de todos e dá sequência para a próxima pauta: grupo de trabalho de gerenciamento de riscos, o gestor explica que esse é um assunto já abordado antes, a respeito da necessidade de pensar em medidas para evitar acidentes relacionados a visitação e funcionários dos PNM's. Maurício fala ainda a respeito da falta de equipamentos nos Parques Naturais para primeiro-socorros ou resgate em caso de necessidade.

O gestor do PNM Bororé explica brevemente a respeito de alguns acidentes que podem ocorrer com visitantes e trabalhadores, como quedas ou acidentes com animais peçonhentos. E, ressalta a necessidade de um fluxo de informações para que quaisquer vítimas possam ser atendidas o quanto antes por uma equipe médica. O mesmo menciona o Parque das Neblinas, que apesar de ser uma área particular, recebe diversos grupos escolares e adota um plano de gerenciamento de riscos, afim de evitar acidentes.

Retomando a respeito dos materiais, Maurício destaca a necessidade de adquirirem para o parque alguns equipamentos básicos para o socorro de

acidentados, como o colar cervical, maca e o kit de primeiros-socorros. O mesmo propõe a formação de um grupo de trabalho envolvendo os gestores, representantes das empresas terceirizadas que prestam serviço para a SVMA (brigadistas, manejo e condutores ambientais), assim como o envolvimento do conselho gestor. A formação do grupo tem como objetivo consolidar informações, evitar acidentes e estabelecer um fluxo para prestação de socorro.

Kleber contribui propondo o levantamento de prioridades para a formação do grupo e no meio que as propostas podem ser executadas, lembrando que a prevenção começa desde o primeiro atendimento com o visitante, por meio de coleta de dados e orientações ao chegarem no PNM, assim como o direcionamento para trilhas adequadas para o público-alvo, uma vez que, cada parque possui suas peculiaridades.

Maurício em acordo com Kleber propõe, em primeiro momento, consultar as empresas terceirizadas e inicialmente realizar um experimento com os PNM's Bororé e Varginha e, posteriormente, estender para as outras unidades de conservação. O mesmo então informa que as informações serão encaminhadas via e-mail e WhatsApp e o todos serão atualizados. Ainda com a palavra, Maurício faz a breve leitura de um texto elaborado pelo próprio, a respeito da justificativa e medidas para a criação de um grupo de trabalho de gerenciamento de riscos. Também ressalta a importância da participação dos demais funcionários, uma vez que estão diretamente em contato com a unidade de conservação.

Devido à instabilidade na internet, a conexão com o gestor foi interrompida. Kleber, via teams, dá continuidade questionando qual conselheiro teria o interesse de participar do grupo de trabalho, apenas o conselheiro Orlando Baraúna demonstrou interesse e Kleber informa que será feito contato com os demais para verificar a disponibilidade.

Maurício consegue retornar à reunião e sem mais informes, encerra agradecendo a presença e contribuição de todos.

REGISTRO FOTOGRÁFICO:

